

7 AGO 1987

O GLOBO ANC P2

Grupo dos 32 não chega a acordo e reforma agrária vai a plenário

BRASÍLIA — Está praticamente inviabilizado o consenso sobre a reforma agrária entre os dois blocos de parlamentares que tentam negociar os pontos polêmicos do projeto de Constituição. No Grupo dos 32, comandado pelo Senador José Richa, ficou claro que o tema só será decidido pelo voto em plenário: o Senador Virgílio Távora (PDS-CE) tentou apresentar uma fórmula de consenso, em reunião na quarta-feira à noite, mas ela foi rechaçada por deputados do Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo.

Távora defendeu tese semelhante à do Relator da Comissão de Ordem Econômica, Senador Severo Gomes (PMDB-SP), prevendo a possibilidade de o proprietário, quando desapropriado, recorrer à Justiça para questionar a forma de pagamento. Se ganhasse a causa, a imissão da posse ficaria preservada, mas ele teria direito de receber o valor da propriedade em dinheiro e ainda uma multa, a ser paga pelo Estado; caso contrário, receberia títulos da dívida agrária.

Daí o impasse: os "moderados" rejeitam a idéia de não se poder contestar a desapropriação e só aceitam a hipótese de pagamento em dinheiro vivo, enquanto a esquerda não abre mão de todo o pagamento em



Scalco faz relatório sobre reforma agrária até o fim da próxima semana

títulos.

Até o sábado da próxima semana, o Deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), coordenador do outro grupo, o Interpartidário — formado pelos "progressistas" do PMDB, "modernos" do PFL e integrantes de partidos de esquerda — deverá apresen-

tar seu relatório sobre reforma agrária. Poderá ser uma proposta muito semelhante à que o Senador Virgílio Távora apresentou aos 32.

Mais otimista, Scalco acredita que dentro do seu grupo poderá haver consenso e, já no dia 13, surgiu uma emenda coletiva incluindo no texto

constitucional as novas fórmulas de imissão de posse. Mesmo assim, a emenda não será assinada pela maioria, pois no grupo do Senador José Richa ela já está inviabilizada. Pelo menos seis dos 19 temas polêmicos discutidos pelo Grupo Interpartidário serão apresentados ao Grupo dos 32 neste final de semana.

Ontem, num café da manhã na casa do Deputado Euclides Scalco — participaram sete constituintes de cada grupo —, ficou acertado que pequenas comissões de, no máximo, seis parlamentares vão iniciar, a partir de sábado, as discussões sobre os temas polêmicos. Por isso mesmo, o Grupo Interpartidário começa a apressar seu trabalho, na tentativa de fechar o máximo de questões até amanhã. O Grupo dos 32 vai entregar ao Interpartidário uma cópia das conclusões a que chegou e vai esperar os relatórios do outro bloco.

Os Senadores Virgílio Távora e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) têm sido intermediários entre os dois grupos. Távora participa de todas as reuniões e acha possível até que na próxima terça-feira sejam fechadas emendas comuns sobre, pelo menos, seis temas polêmicos: tributação, empresa nacional, reserva de mercado, saúde, educação e seguridade social.

Centro decide agora preservar sua identidade

BRASÍLIA — O grupo Centro Democrático do PMDB decidiu, em reunião realizada quarta-feira à noite, com quase 50 parlamentares, manter identidade própria, embora reconheça que suas posições são convergentes com as do Movimento Suprapartidário liderado pelo Deputado Afif Domingos (PL-SP), ao qual deverá aliar-se nas votações da Constituinte.

Outra decisão tomada pelo Centro é a de acabar com a imagem de atrelamento ao Governo que vinha caracterizando o grupo perante a opinião pública. Por isso, vai rejeitar a liderança do Deputado Carlos Sant'Anna.

— Ele é Líder do Governo, não do grupo — afirmou o Deputado Expedito Machado (PMDB-CE).

Os coordenadores afirmam contar com 112 adesões no PMDB, número que, somado aos constituintes com afinidades ideológicas e políticas nos demais partidos, garantiria a maioria do plenário.

— Unidos, vamos fazer a Constituição. A Constituição não será jamais de esquerda — garantiu o Deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS).

Expedito esclareceu ainda que o grupo faz questão de não se desvincular do PMDB e, por isso, foi recusada a idéia de fusão com o Movimento Suprapartidário que tem em Afif um de seus líderes. Todas as posições conjuntas serão adotadas depois de deliberações em separado.

— Fomos muito usados. Muita gente falou por nós — acrescentou, ao explicar por que o Centro não quer mais ser visto como grupo que dá apoio automático ao Governo.

Sistematização se agita com briga entre dois deputados

BRASÍLIA — A reunião de ontem da Comissão de Sistematização quase foi suspensa pelo Presidente Afonso Arinos, devido a uma briga entre o Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro (RJ), e o Deputado Nilson Gibson (PMDB-PE).

Gibson acusou Monteiro de ter cometido irregularidades quando ocupava a Secretaria de Transportes do Rio. Ao subir à tribuna, Brandão Monteiro respondeu às acusações chamando o deputado pernambucano para a briga. Os dois só não trocaram socos porque Brandão Monteiro foi seguro pelos deputados Milton Reis (PMDB-MG) e José Genoíno (PT-SP).

Esta já é a quarta ameaça de briga entre os parlamentares no plenário, desde a instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Ontem à tarde, diversos deputados e senadores admitiam que várias outras ainda estão por acontecer, principalmente durante os debates da reforma agrária.

Passado o incidente, Monteiro, após ser acalmado por constituintes de várias bancadas, expôs seu projeto de resolução, que chegou a ir para votação, sendo no entanto transferido para a sessão de hoje, por falta de quorum.

O projeto de resolução do Líder do PDT propõe a realização de um plebiscito sobre sistema de governo e duração do mandato.

Também ficou adiada a votação do parecer negativo do Relator Bernardo Cabral sobre o projeto de resolução que disciplina a consulta plebiscitária prevista no Regimento

Interno.

Foi o próprio autor da proposta, Deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), quem propôs o adiamento, depois de uma negociação com o Líder do Governo na Constituinte, Deputado Carlos Sant'Anna.

O Líder do Governo discorda da consulta popular, mas quer antecipar uma negociação sobre os critérios de sua realização, caso a matéria seja aprovada em plenário.

A Comissão de Sistematização apreciou ainda o parecer do relator para 14 emendas populares, acatando a indicação de Bernardo Cabral — que indeferiu cinco das emendas, por não cumprirem a legislação que dispõe sobre as emendas populares — e aceitando as demais.

Até agora, 17 emendas populares já foram aceitas pela Sistematização, independentemente do mérito.

Na sessão de ontem, os constituintes aprovaram as emendas relativas aos Direitos da Família, do Menor e do Idoso, à Educação, Cultura e Esportes, e aos Direitos do Trabalhador e Moradia, propostas pela Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro.

Aprovaram ainda as quatro emendas enviadas pela CNBB, sobre Educação, Família, Liberdade Religiosa e Ordem Econômica. E uma emenda sobre Saúde Pública, proposta por sanitaristas e associações de médicos.

Por último, acataram o parecer do relator sobre a emenda referente à prática da mediunidade, apresentada pelo Grupo Espirita Paulo Estêvão, que passa a tramitar.

'Moderados' vão se isolar para receber adesões

BRASÍLIA — O grupo "moderado" que vem se reunindo por iniciativa do Deputado Afif Domingos (PL-SP) definiu ontem uma estratégia para a próxima etapa da Constituinte: em vez de apresentar uma proposta consolidada em nome de todo o movimento, vai estimular cada integrante a apresentar emendas. Com isto, o grupo se preservaria para, a seguir, receber os descontentes com a proposta da articulação.

Além de permitir arrebancar os dissidentes, a estratégia tem o objetivo de impressionar o Relator Bernardo Cabral: o volume de emendas com inspiração de centro-direita o faria concluir que o grupo tem maioria no plenário. Haveria mais repercussão para as propostas do grupo na imprensa e mais: enquanto as demais facções se dividiriam em torno dos pontos divergentes, os "moderados" permaneceriam unidos.

Nova reunião foi marcada para a próxima quinta-feira, quando o grupo do Senador José Richa e os "modernos" do PFL já deverão ter apresentado suas propostas.

Segundo os cálculos de Afif Domingos, a articulação conseguirá reunir, fora do PMDB, 160 constituintes, aos quais se juntarão os parlamentares peemedebistas do "Centro Democrático". O Deputado Stélio Dias (PFL-ES) acredita que no plenário da Constituinte se reunirão, no mínimo, 180 constituintes, e no máximo 220. Afif prevê que o PFL, PL e PTB se integrarão à proposta do movimento "com pelo menos 96 por cento de suas bancadas".

Conselho de reitores faz críticas ao tamanho do anteprojeto da nova Carta

O anteprojeto preparado pela Constituinte ocupou boa parte do tempo das discussões no último dia da 45ª Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), no campus da Universidade do Rio de Janeiro (Uerj). Entre as críticas, uma predominou: o tamanho excessivo do atual texto, devido à incorporação de muitos temas que pertencem à legislação ordinária. Durante quatro dias, os mais de 70 Reitores também reivindicaram mais verbas para o ensino e a pesquisa.

Para o Presidente do

Crub, Reitor Rodolfo Luz, começará agora o corpo-a-corpo com os constituintes, principalmente com os líderes partidários, para que "enxuguem o anteprojeto". O Conselho de Reitores defenderá também nesse corpo-a-corpo a tese de que 18 por cento do orçamento da União e 25 por cento dos orçamentos do Estado e do Município devem estar comprometidos com a educação.

Na reunião ficou decidido que a Crub preparará um documento contrário a cortes nas verbas destinadas à pesquisa.

Freire manda em carta sugestões aos constituintes

BRASÍLIA — O Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire, mandou ontem o seu recado aos constituintes através de uma carta que foi lida da tribuna pelo seu filho, o Deputado Luiz Freire (PMDB-PE), durante os debates sobre a reforma agrária.

"Não cremos que se queira estreitar os caminhos da reforma agrária, consagrando, no futuro texto constitucional, dispositivos que representem retrocesso em relação aos avanços ocorridos no próprio regime autoritário", afirmou Freire em sua mensagem.

Ele reduziu para quatro os 13 pontos que constavam no documento remetido aos constituintes, em março passado, pelo ex-Ministro Dante de Oliveira.

São as seguintes as propostas do Ministro: manter os princípios gerais definidos na Constituição em vigor — competência da União para desapropriar imóveis rurais que descumpram a função social, com indenização em Títulos da Dívida Agrária e em dinheiro, no caso de benfeitorias — deixando para a legislação ordinária, como é hoje, a caracterização da função social da propriedade; a imissão automática da posse do imóvel, pela União, a partir do decreto presidencial desapropriatório. Este foi o ponto considerado mais importante durante a reunião; manutenção da emissão e arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR) pelo Incra, pois é através disso que o Governo tem uma "radiografia" permanente da estrutura fundiária do País; a Constituição deverá prever que a lei ordinária estabelecerá a área mínima para desapropriação. O Ministro justifica esta proposta no fato de que hoje os pequenos proprietários vivem "numa situação de apreensão, imaginando-se alvo da possibilidade de desapropriação".